

# PC - SP

## POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Investigador de Polícia de 3ª classe

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

CÓD: SL-085ST-23 7908433241454

# Língua Portuguesa

1.	Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários, não literários, inclusive técnico e mistos)	9
1.	Ortografia	13
2.	Acentuação	14
3.	Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras	15
4.	Pontuação	16
5.	Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção e interjeição, emprego e sentido que imprimem às relações que se estabelecem.	19
6.	Emprego de tempos e modos verbais	27
7.	Frases e tipos de frases. Oração: termos essenciais da oração, termos integrantes da oração, termos acessórios da oração, coordenação e subordinação	28
8.	Concordância verbal e nominal	31
9.	Regência verbal e nominal.	32
10.	Colocação pronominal	35
11.	Semântica.	36
12.	Crase	36
13.	Análise morfossintática	37
14.	Vícios de linguagem	37
1.	Constituição da República Federativa do Brasil: artigos 1.º a 14, 37, 39, 41 e 144	4
2.	Constituição do Estado de São Paulo: artigos 111, 139, 140 e 141	59
3.	Direitos Humanos: conceito e evolução histórica	60
4.	Estado Democrático de Direito	64
5.	Direitos Humanos e Cidadania	66
6.	Declaração Universal dos Direitos Humanos	68
7.	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.	70
8.	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	78
9.	Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)	83
10.	Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	92
	Estatuto de Roma	98
12.	Grupos vulneráveis e minorias. Diversidade Étnico-racial: história, preconceito, discriminação, racismo, igualdade, ações afirmativas	13
13.	Código Penal.Da aplicação da lei penal: artigos 1º a 12	13
14.	Do crime: artigos 13 a 25	14
15.	Concurso de Pessoas: artigos 29 a 31	14
16.	Concurso de Crimes: artigos 69 a 71	15
17.	Dos Crimes contra a Vida: artigos 121 a 128. Das Lesões Corporais: artigo 129; Dos Crimes contra a Honra: artigos 138 a 145; Dos Crimes contra a Liberdade Individual: artigos 146 a 149-A; Dos Crimes contra a Inviolabilidade do Domicílio: artigo 150	15
18.	Dos Crimes contra o Patrimônio: artigos 155 a 183	16
19.	Dos Crimes contra a Dignidade Sexual: artigos 213 a 234-B	16



## ÍNDICE

20.	Dos Crimes contra a Paz Pública artigos 286 a 288-A	17
21.	Dos Crimes contra a Fé Pública: artigos 289 a 311-A	17
22.	Dos Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral: artigos 312 a 327. Dos Crimes Praticados por Particular contra a Administração em Geral: artigos 328 a 334-A. Dos Crimes contra a Administração da Justiça: artigos 338 a 359	17
23.	Código de Processo Penal.Do Inquérito Policial: artigos 4º a 23	18
24.	Da Ação Penal: artigos 24 a 62	18
25.	Das Incompatibilidades e Impedimentos: artigo 112.	19
26.	Da Restituição de Coisas Apreendidas: artigos 118 a 124-A	19
27.	Das Provas: artigos 155 a 250	19
28.	Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória: artigos 282 a 350	20
29.	Legislação Especial.Decreto-Lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais)	21
30.	Lei nº 7.716/1989 (Crimes de Preconceito Racial)	21
31.	lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente): artigos 2º , 171 a 178, 225 a 244-B	22
32.	Lei nº 8.072/1990 (Crimes Hediondos)	22
33.	Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)	22
34.	Lei nº 9.099/95, com as alterações feitas pela Lei n.º 11.313/06 (Lei dos Juizados Especiais Criminais): artigos 60 a 76, 88 a 92.	23
35.	Lei nº 9.296/1996 (Lei de Interceptação Telefônica)	23
36.	Lei nº 9.455/1997 (Tortura)	23
37.	Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro): artigos 291 a 312-B	23
38.	Lei nº 9.605/1998 (Lei do Meio Ambiente): artigos 32, 42 e 65	23
39.	Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso): artigos 93 a 109	24
40.	Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento): artigos 12 a 21	24
41.	Lei nº 11.340/2006 (Lei "Maria da Penha"): artigos 1.º a 22, 24, 24-A e 41	24
42.	Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas)	24
43.	Lei nº 12.850/2013 (Repressão às Organizações Criminosas)	26
44.	Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência): artigos 88 a 91	26
45.	Lei nº 13.344/2016 (Prevenção e Repressão ao Tráfico de Pessoas)	26
46.	Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados)	26
47.	Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade)	28
48.	Lei nº 14.155/2021 (Lei de Proteção de Dados - Penal)	28
49.	Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979	28
50.	Lei Complementar nº 922/02	30
51.	Lei Complementar nº 1.151/11	30
52.	Lei Estadual nº 10.261/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo)	31
53.	Lei 14.344/2022 (Lei Henry Borel).	34
54.	Lei nº 14.540/2023 (Institui o Programa de Prevenção ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual, Distrital e Municipal)	34
55.	Lei nº 14.541/2023 (Dispõe sobre a Criação e o Funcionamento Ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher)	34
56.	Direito Administrativo. Dos princípios da Administração Pública	34
57.	Da Administração Pública Direta e Indireta	34
58.	Dos poderes administrativos.	35



	ÍNDICE
59.	Atos administrativos.
60.	Serviços Públicos: conceito, princípios e classificação
61.	Responsabilidade Civil do Estado
62.	Controle da Administração.
No	oções de Criminologia
1.	Conceito, método, objeto e finalidade da Criminologia
2.	Criminologia do Consenso e do Conflito
3.	Vitimologia, Vitimização e Vitimodogmática
<b>4</b> .	Criminalidade de Massa, Moderna e Organizada
5.	Nova Criminologia
6.	Criminologia Feminista. Criminologia Queer
7.	Criminologia Cultural
8.	Criminologia Ambiental
9.	Criminologia Racial
	Criminologia Clínica
	Modelos de Prevenção e Reação ao Fenômeno Criminal
1. 2.	Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios;.Estruturas lógicas
3.	Identificação das regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição;
No	oções de Informática
1.	Sistema operacional: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, digitalização de arquivos, interação com o conjunto de aplica tivos para escritório, sistemas operacionais de dispositivos móveis ou portáteis
2.	Editor de texto: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto
3.	Editor de planilha eletrônica: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, aplicação de filtros, classificação de dados
4.	Mensageria eletrônica: conceito e utilização
5.	Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos
6.	aplicativos de comunicação por mensagens em dispositivos móveis ou portáteis.
7.	Voz sobre IP: conceito e utilização.
8.	softwares e aplicativos de comunicação por voz, áudio ou vídeo (videochamadas e videoconferências)
9.	redes: conceitos, navegadores para computadores e dispositivos móveis ou portáteis, CONCEITOS DE internet e intranet, conceitos de URL, links, SÍTIOS ELETRÔNICOS (sites), busca e impressão de páginas, proteção e segurança, configurações



## ÍNDICE

10.	Redes sociais	508
11.	Sistemas de busca e pesquisa	510
12.	Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).	511
13.	Deepweb e Darkweb	513
14.	Hardware: Microcomputadores e periféricos: configuração básica e componentes; Impressoras: classificação e noções gerais; dispositivos de armazenamento externo: conceito, classificação e noções gerais	515
15.	Dispositivos móveis ou portáteis: smartphones e tablets.	517
16.	Softwares maliciosos: malware, ransomware, vírus, phishing; spam	518
17.	Engenharia social	520
18.	Segurança da informação: mecanismos de segurança de redes, computadores, dispositivos móveis ou portáteis, autenticações em duas etapas, proteção de dados pessoais.	522
19.	Ambiente em rede: conceitos, navegadores, navegação internet e intranet, conceitos de URL, links, endereços eletrônicos (sites), busca e impressão de páginas, redes sociais, sistemas de busca e pesquisa, proteção e segurança, configurações,	
	armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).	527
	Crimes virtuais e cibersegurança: Deepweb e Darkweb	527
21.	Provas digitais.	527
22.	Criptomoedas.	527



# LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEX-TOS (LITERÁRIOS, NÃO LITERÁRIOS, INCLUSIVE TÉCNICO E MISTOS).

#### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que <u>compreendemos</u> adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à <u>interpretação</u>, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

#### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

#### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

#### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
  - (E) "Educação para todos" inclui também os deficientes.

#### Comentário da questão:

Em "A" o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade. = afirmativa correta.

Em "B" o complemento "mais ou menos severas" se refere à "deficiências de toda ordem", não às leis. = afirmativa incorreta.

Em "C" o advérbio "também", nesse caso, indica a inclusão/ adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições. = afirmativa correta.

Em "D" além de mencionar "deficiências de toda ordem", o texto destaca que podem ser "permanentes ou temporárias". = afirmativa correta.

Em "E" este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes. = afirmativa correta.

Resposta: Logo, a Letra B é a resposta Certa para essa questão, visto que é a única que contém uma afirmativa incorreta sobre o texto.



É aplicado nos tribunais? A colegialidade que existe nos tribunais já assegura a imparcialidade. \*todavia, a doutrina sugere a aplicação.

É aplicado no Júri? O veredito fica a cargo de juízo coletivo (conselho de sentença). Todavia, o processo pode vir a ser julgado pelo juiz presidente (ex. em caso de desclassificação para crime não doloso contra a vida).

É aplicado na justica militar? Não há qualquer óbice.

É aplicado na justiça eleitoral? Há necessidade de lei complementar.

É aplicado na Vara de Violência doméstica? Dizem que não, mas Renato Brasileiro discorda.

É aplicado no juiz colegiado? varas criminais colegiadas; Lei 12964/12 – não, por vedação legal \*mas é controverso.

#### Não existe MP das garantias.

Recebimento da peça acusatória e apreciação das questões pendentes pelo juiz da instrução: ex. medidas cautelares em curso, quem delibera é o juiz da instrução e julgamento.

As decisões do juiz das garantias não vinculam o juiz da instrução e julgamento.

Não apensamento dos autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias aos autos do processo enviados ao juiz da instrução e julgamento: a lei diz para os autos da investigação não ser apensados ao processo, salvo provas irrepetíveis, cautelares e antecipadas. A doutrina acredita que não é necessário fazer isso, de maneira que os autos do IP devem acompanhar o processo.

O juiz das garantias é uma causa de impedimento para ser o juiz da instrução.

<u>Insubsistência da prevenção como critério residual de fixação de competência diante da criação do juiz das garantias</u>: a prevenção deixa de funcionar como critério de fixação de competência, se acaso praticado ato na fase investigatória.

O rodízio de juízes é um risco para a garantia da inamovibilidade. Inconstitucional.

Vedação à exploração da imagem de pessoa submetida à prisão como instrumento de se concretizar o respeito à integridade moral do preso. Art. 3-F — o juiz deve evitar isso (perp walk desfile de acusado).

Agora vamos analisar o aspecto civil dos crimes:

O crime ocasiona consequência civil, isto é, a necessidade de reparar eventuais danos causados pela atividade criminosa. Existem duas vias para que isso ocorra: a) ação cível; b) execução no juízo cível de sentença penal.

- a) Ação civil ex delicto: A ação para ressarcimento do dano poderá ser proposta no juízo cível, contra o autor do crime. Caso seja intentada a ação penal, o juiz da ação civil poderá suspendê-la até o julgamento criminal definitivo.
- b) Execução ex delicto: após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, o ofendido poderá promover a execução do título executivo judicial no juízo cível.

Não impede a propositura da ação civil:

- O despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação;
  - A decisão que julgar extinta a punibilidade (ex. prescrição);
- A sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime, pois ainda assim, pode haver infração civil.

Art. 63. Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.

Parágrafo único. Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor fixado nos termos do <u>inciso iv do caput do art. 387 deste Código</u> sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido.

Art. 64. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a ação para ressarcimento do dano poderá ser proposta no juízo cível, contra o autor do crime e, se for caso, contra o responsável civil. Parágrafo único. Intentada a ação penal, o juiz da ação civil poderá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela.

Art. 65. Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Art. 66. Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.

Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil:

- I o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação;
  - II a decisão que julgar extinta a punibilidade;

III - a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.

Art. 68. Quando o titular do direito à reparação do dano for pobre (art. 32, §§ 1º e 2º), a execução da sentença condenatória (art. 63) ou a ação civil (art. 64) será promovida, a seu requerimento, pelo Ministério Público.

Atente-se que o art. 68 deve ser lido no sentido da Defensoria Pública atuar:

O reconhecimento da ilegitimidade ativa do Ministério Público para, na qualidade de substituto processual de menores carentes, propor ação civil pública ex delicto, sem a anterior intimação da Defensoria Pública para tomar ciência da ação e, sendo o caso, assumir o polo ativo da demanda, configura violação ao art. 68 do CPP.

Antes de o magistrado reconhecer a ilegitimidade ativa do Ministério Público para propor ação civil ex delicto, é indispensável que a Defensoria Pública seja intimada para tomar ciência da demanda e, sendo o caso, assumir o polo ativo da ação. STJ. 4ª Turma. REsp 888081-MG, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 15/9/2016 (Info 592).

Por fim, atente-se ao caso especial de violência doméstica:

Nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, e independentemente de instrução probatória.

CPP/Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória: IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

STJ. 3ª Seção. REsp 1643051-MS, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 28/02/2018 (recurso repetitivo) (Info 621).



- (C) consiste em meio ilegítimo de prova, sendo vedada a sua utilização.
- (D) consiste em meio lícito e legítimo de prova e seu uso encontra alicerce na legislação.
- (E) consiste em meio ilícito de prova, sendo vedada a sua utilização.
- 46.(VUNESP Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar (EsFCEx)/Direito/2022/CA CFO-QC 2023)

Dispõe o art. 155 do CPP que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação

- (A) da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (B) da prova, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas, apenas, as provas antecipadas.
- (C) da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- (D) da prova, ficando a seu critério valorar os elementos colhidos em sede de investigação e em sede de instrução judicial, não havendo qualquer hierarquia entre eles.
- (E) da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas, apenas, as provas cautelares previamente judicializadas.

#### 47.(VUNESP - Juiz Estadual (TJ SP)/2018/1889)

Quanto às provas no processo penal, é correto afirmar que (A) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

- (B) quanto ao ônus da prova, no curso da instrução ou antes de proferir sentença, para dirimir dúvida sobre ponto relevante, a pedido das partes, o juiz poderá determinar a realização de diligências, vedado fazê-lo de ofício.
- (C) são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo as provas ilícitas e as derivadas delas, mesmo que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- (D) no interrogatório, meio de prova e de defesa, o silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- 48.(VUNESP Notário e Registrador (TJ SP)/Remoção/2022) e declarará impedido se
- (A) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- (B) tiver aconselhado qualquer das partes.
- (C) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

- (D) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- 49.(VUNESP Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP)/2021/"Capital e Interior")

A respeito do impedimento e da suspeição do Juiz, é correto afirmar que

- (A) as causas de impedimento e suspeição do Juiz não se aplicam aos serventuários e servidores da justiça.
- (B) as causas de impedimento estão relacionadas ao animus subjetivo do juiz quanto às partes; enquanto as de suspeição referem-se a vínculos objetivos do Juiz com o processo.
- (C) o Juiz restará impedido de atuar no processo se ele ou seu cônjuge, seus ascendentes ou descendentes estiverem respondendo a processo por fato análogo.
- (D) mesmo dissolvido o casamento, ainda que sem filhos em comum, o Juiz não poderá figurar em processos em que são partes os pais e irmãos do ex-cônjuge.
- (E) o Juiz restará suspeito para atuar em processo em que o próprio já tenha atuado como autoridade policial ou mesmo órgão do Ministério Público.

50.(VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP)/2018/"Interior")

A respeito das causas de impedimento e suspeição do juiz, de acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta

- (A) Ainda que dissolvido o casamento, sem descendentes, que ensejava impedimento ou suspeição, não funcionará como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.
- (B) O juiz será impedido se for credor ou devedor de qualquer das partes.
- (C) A suspeição poderá ser reconhecida ou declarada ainda que a parte injurie, de propósito, o juiz.
- (D) O juiz será suspeito, podendo ser recusado por qualquer das partes, se já tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se de fato ou de direito sobre a questão.
- (E) Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o quarto grau.



Exibir: altera as configurações de exibição do documento.



#### Formatos de arquivos

Veja abaixo alguns formatos de arquivos suportados pelo Word 2016:

- .docx: formato xml.
- .doc: formato da versão 2003 e anteriores.
- .docm: formato que contém macro (vba).
- .dot: formato de modelo (carta, currículo...) de documento da versão 2003 e anteriores.
- .dotx: formato de modelo (carta, currículo...) com o padrão xml.
- .odt: formato de arquivo do Libre Office Writer.
- .rtf: formato de arquivos do WordPad.
- .xml: formato de arquivos para Web.
- .html: formato de arquivos para Web.
- .pdf: arquivos portáteis.

EDITOR DE PLANILHA ELETRÔNICA: ESTRUTURA BÁSICA DAS PLANILHAS, CONCEITOS DE CÉLULAS, LINHAS, COLUNAS, PAS-TAS E GRÁFICOS, ELABORAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS, USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS, IMPRESSÃO, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, OBTENÇÃO DE DADOS EXTER-NOS, APLICAÇÃO DE FILTROS, CLASSIFICAÇÃO DE DADOS.

O Microsoft Excel 2016 é um software para criação e manutenção de Planilhas Eletrônicas.

A grande mudança de interface do aplicativo ocorreu a partir do Excel 2007 (e de todos os aplicativos do Office 2007 em relação as versões anteriores). A interface do Excel, a partir da versão 2007, é muito diferente em relação as versões anteriores (até o Excel 2003). O Excel 2016 introduziu novas mudanças, para corrigir problemas e inconsistências relatadas pelos usuários do Excel 2010 e 2013.

Na versão 2016, temos uma maior quantidade de linhas e colunas, sendo um total de 1.048.576 linhas por 16.384 colunas.

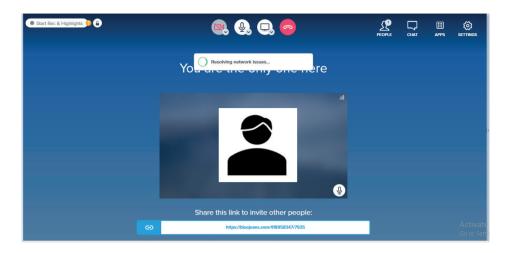
O Excel 2016 manteve as funcionalidades e recursos que já estamos acostumados, além de implementar alguns novos, como<sup>34</sup>:

- 6 tipos novos de gráficos: Cascata, Gráfico Estatístico, Histograma, Pareto e Caixa e Caixa Estreita.
- Pesquise, encontra e reúna os dados necessários em um único local utilizando "Obter e Transformar Dados" (nas versões anteriores era Power Query disponível como suplemento.
  - Utilize Mapas 3D (em versões anteriores com Power Map disponível como suplemento) para mostrar histórias junto com seus dados.

Especificamente sobre o Excel 2016, seu diferencial é a criação e edição de planilhas a partir de dispositivos móveis de forma mais fácil e intuitivo, vendo que atualmente, os usuários ainda não utilizam de forma intensa o Excel em dispositivos móveis.



2.



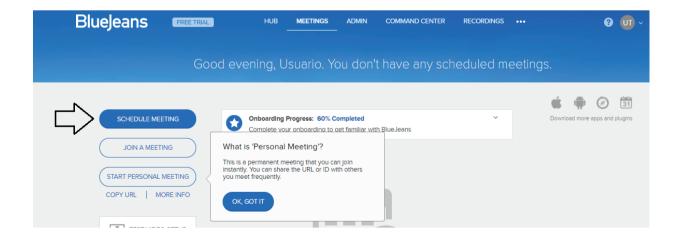
Ao entrar na sala de reunião temos funções similares a outras tecnologias do gênero: Desligar e Ligar Câmeras e áudio, compartilhar telas, encerrar, além de menus de chat e caixas de opções para melhorar a experiência com configurações.

• Como criar uma reunião no BlueJeans Video Conferencing

1 – Clique em My BlueJeans



2 – Clique para Schedule Meeting e siga as instruções da plataforma





droid está presente a Máquina Virtual Dalvik ´ (DVM) desenvolvida para dispositivos moveis, ela é uma versão otimizada da JVM por possuir menos instruções. ˜

- Libraries: nesta camada encontramos diversas bibliotecas como a biblioteca C padrão, SQLite (Banco de Dados), OpenGL (Renderização 3D), etc.
- **Kernel**: a última camada e a de mais baixo nível e do kernel. O kernel atua como uma camada de abstração entre hardware e as camadas superiores, permitindo acesso a recursos como áudio, vídeo e protocolos de rede.

#### iOS

iOS e a abreviatura para iPhone Operation System sendo desenvolvido pela Apple. O sistema foi baseado no Sistema Operacional MAC OS X e projetado para atender as necessidades de aparelhos moveis desenvolvidos pela Apple. O sistema realiza uma abstração entre a comunicação do hardware com o aplicativo. A arquitetura do iOS é composta por quatro camadas:

- CocoaTouch: camada equivalente a camada de frameworks do Android. Esta camada fornece ferramentas e infraestrutura para implementar eventos e aplicações para a interface do iPhone.
- Media: a camada responsável por fornecer recursos áudio e vídeos. A tecnologia mais avançada para experiência multimídia e são encontradas bibliotecas como: OpenGLES, QuartzCore, etc.
- Core Services: a camada que fornece os serviços fundamentais do sistema como AdressBook, Core Location, CFNNetwork, Security, SQLite etc.
- Core OS: nesta camada que se encontra o kernel do sistema. Além do kernel, encontramos os drivers e as interfaces básicas do sistema.

SOFTWARES MALICIOSOS: MALWARE, RANSOMWARE, VÍRUS, PHISHING; SPAM

#### Códigos maliciosos (Malware)

Códigos maliciosos (malware) são programas especificamente desenvolvidos para executar ações danosas e atividades maliciosas em um computador<sup>75</sup>. Algumas das diversas formas como os códigos maliciosos podem infectar ou comprometer um computador são:

- Pela exploração de vulnerabilidades existentes nos programas instalados;
- Pela autoexecução de mídias removíveis infectadas, como pen-drives;
- Pelo acesso a páginas Web maliciosas, utilizando navegadores vulneráveis;
- Pela ação direta de atacantes que, após invadirem o computador, incluem arquivos contendo códigos maliciosos;
- Pela execução de arquivos previamente infectados, obtidos em anexos de mensagens eletrônicas, via mídias removíveis, em páginas Web ou diretamente de outros computadores (através do compartilhamento de recursos).

Uma vez instalados, os códigos maliciosos passam a ter acesso aos dados armazenados no computador e podem executar ações em nome dos usuários, de acordo com as permissões de cada usuário.

Os principais motivos que levam um atacante a desenvolver e a propagar códigos maliciosos são a obtenção de vantagens financeiras, a coleta de informações confidenciais, o desejo de autopromoção e o vandalismo. Além disto, os códigos maliciosos são muitas vezes usados como intermediários e possibilitam a prática de golpes, a realização de ataques e a disseminação de spam (mais detalhes nos Capítulos Golpes na Internet, Ataques na Internet e Spam, respectivamente).

A seguir, serão apresentados os principais tipos de códigos maliciosos existentes.

#### Vírus

Vírus é um programa ou parte de um programa de computador, normalmente malicioso, que se propaga inserindo cópias de si mesmo e se tornando parte de outros programas e arquivos.

Para que possa se tornar ativo e dar continuidade ao processo de infecção, o vírus depende da execução do programa ou arquivo hospedeiro, ou seja, para que o seu computador seja infectado é preciso que um programa já infectado seja executado.

O principal meio de propagação de vírus costumava ser os disquetes. Com o tempo, porém, estas mídias caíram em desuso e começaram a surgir novas maneiras, como o envio de e-mail. Atualmente, as mídias removíveis tornaram-se novamente o principal meio de propagação, não mais por disquetes, mas, principalmente, pelo uso de pen-drives.

Há diferentes tipos de vírus. Alguns procuram permanecer ocultos, infectando arquivos do disco e executando uma série de atividades sem o conhecimento do usuário. Há outros que permanecem inativos durante certos períodos, entrando em atividade apenas em datas específicas. Alguns dos tipos de vírus mais comuns são:

- Vírus propagado por e-mail: recebido como um arquivo anexo a um e-mail cujo conteúdo tenta induzir o usuário a clicar sobre este arquivo, fazendo com que seja executado.
- Vírus de script: escrito em linguagem de script, como VBScript e JavaScript, e recebido ao acessar uma página Web ou por e-mail, como um arquivo anexo ou como parte do próprio e-mail escrito em formato HTML.
- Vírus de macro: tipo específico de vírus de script, escrito em linguagem de macro, que tenta infectar arquivos manipulados por aplicativos que utilizam esta linguagem como, por exemplo, os que compõe o Microsoft Office (Excel, Word e PowerPoint, entre outros).
- Vírus de telefone celular: vírus que se propaga de celular para celular por meio da tecnologia bluetooth ou de mensagens MMS (Multimedia Message Service). A infecção ocorre quando um usuário permite o recebimento de um arquivo infectado e o executa.

#### Worm

Worm é um programa capaz de se propagar automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo de computador para computador.

Diferente do vírus, o worm não se propaga por meio da inclusão de cópias de si mesmo em outros programas ou arquivos, mas sim pela execução direta de suas cópias ou pela exploração automática de vulnerabilidades existentes em programas instalados em computadores.

Worms são notadamente responsáveis por consumir muitos recursos, devido à grande quantidade de cópias de si mesmo que costumam propagar e, como consequência, podem afetar o desempenho de redes e a utilização de computadores.

Solução solução